



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 30

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 18 de junho de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e José Gabriel Eduardo*

Sumário

Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 4 minutos.

Foi dado continuidade ao debate do [Projeto de Resolução n.º 63/XII – “Divulgação dos custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta”](#),

uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, sobre o qual intervieram as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Ferreira (*PSD*), Rui Martins (*CDS/PP*), Pedro Neves (*PAN*), bem como o Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mota Borges*).

A iniciativa em apreço foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se o ponto 18 da agenda relativo ao [Relatório e parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Luís Carlos Cota Soares possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo de Inquérito n.º 116/20.7TPAVPV](#), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Dando continuidade à agenda de trabalhos, teve lugar o ponto 19, desta feita, [o Pedido de Urgência da Anteposta de Lei n.º 2/XII – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social”](#), apresentado conjuntamente pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM. Tendo recebido a unanimidade do plenário, interveio apenas a Sra. Deputada Vânia Ferreira a quem coube a apresentação do Pedido de Urgência em referência. Seguiu-se o [Pedido de Urgência da Anteposta de Lei n.º 3/XII – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, tendo usado da palavra apenas a Sra. Deputada Alexandra Manes para proceder à sua apresentação. Submetido à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Sobre o ponto 21 da ordem de trabalhos - [Projeto de Resolução n.º 34/XII – “Remoção de amianto dos edifícios escolares”](#), que foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, intervieram os seguintes Srs. Deputados: Joaquim Machado (*PSD*) a quem coube a apresentação do mesmo, tendo-se seguido no uso da palavra os Srs.- Deputados Gustavo Alves (*PPM*), José Contente (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*) e também a Sra. Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*).

Terminada a discussão deste ponto, e posto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Por fim, procedeu-se à votação da Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de junho, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 11 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Faça favor Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 04 minutos

Secretário: Muito bom dia.

(procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Marta Ávila de Matos

Miguel António Moniz da **Costa**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Jaime Luis Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Miguel Amaral **Oliveira**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Pedro Miguel de Medeiros **do Nascimento Cabral**

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

CHEGA (CH)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

José Eduardo Cunha Pacheco

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, estávamos ontem no debate do [Projeto de Resolução n.º 63/XII – “Divulgação dos custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta”](#), uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

A Mesa ainda tinha várias inscrições para participar no debate. A primeira delas é do Sr. Deputado Paulo Estêvão que não está presente. E a seguir estava inscrito o Sr. Deputado António Lima, a quem dou a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dos motivos da minha inscrição era responder ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que não está na sala...

Deputado Vasco Cordeiro: Eis que surge...!

(Neste momento deu entrada no Plenário o Sr. Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Afinal está a chegar.

Começo, então, por dizer que considero extraordinário que o PPM esteja bastante contente e até defenda o que está no Orçamento de Estado que diz no seu Artigo 89º o seguinte relativamente ao aeroporto da Horta:

“O Governo promove os procedimentos necessários para a viabilização da antecipação da pista do aeroporto da Horta, de modo a garantir a sua certificação enquanto aeroporto internacional, de acordo com as normas da Agência Europeia para a Segurança da Aviação”.

Ora isto não é aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão pensava que era. Isto não é a ampliação do aeroporto da Horta, para que as condições de operacionalidade melhorem. Isto é sim, a ampliação para manter a certificação.

Por isso, o que está no despacho do grupo de trabalho não é menos ambicioso do que aqui está. Ao contrário do que tentou fazer passar aqui.

Eu como tenho ainda alguns segundos, e vou deixar algum tempo para uma intervenção final se assim se justificar, gostaria de voltar a questionar o Sr. Secretário Regional, pois gostaria de o ouvir sobre as obrigações de serviço público.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão o senhor estava inscrito anteriormente. Não lhe dei a palavra porque não estava presente. Não sei se quer participar agora no debate?

(Resposta afirmativa, mas inaudível por parte do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Faça favor Sr. Deputado. Tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.

Presidente e Membros do Governo:

Eu não ouvi toda a sua intervenção, Sr. Deputado António Lima, peço desculpa. Cheguei um pouco atrasado, peço desculpa ao Plenário.

Não sei muito bem o que é que disse antes, só percebi a parte final da intervenção de V. Exa. Mas sempre lhe vou dizer que não estou nada contente com este processo. Só estou contente quando a ampliação se concretizar. Só aí é que eu e o PPM ficará contente.

O que eu sei é que durante todos estes anos, o Governo do Partido Socialista foi incapaz de conseguir qualquer tipo de avanço nesta Matéria.

Devo dizer também que ontem o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fez uma intervenção, já no final do nosso tempo regimental, não dando oportunidade a que outros deputados se pudessem pronunciar nessa ocasião. Mas eu inscrevi-

me logo e que tenho para dar a V. Exa. é a seguinte: o senhor diz que concorda com esta iniciativa, que concorda com tudo o que aqui está. Pois, nós concordamos com tudo o que aqui está, consideramos que é essencial, mas há uma diferença em relação ao posicionamento de V. Exa; é que nós não defendemos muros.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós não construímos muros em relação às soluções.

V. Exa. disse sempre ao longo do seu consulado que “nem um cêntimo do Governo Regional para a resolução desta questão”!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não usei essa expressão, mas a ideia é essa!

O Orador: E essa é uma diferença fundamental!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e do Governo)

O Orador: Este Governo...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Já não tenho tempo para lhe responder.

O Orador: Já não tempo, porque o gastou todo. E gastou-o todo, para que os outros não tivessem tempo para lhe responder ontem, Sr. Deputado.

Estamos aqui os dois há muito tempo!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Era só o que faltava o PPM dizer-me agora como é que eu hei de gerir o meu tempo!

O Orador: Ó Sr. Deputado, então eu estou a contrapor os argumentos que V. Exa apresentou ontem, longamente, durante os minutos todos de que dispunha e que teve oportunidade.

Gastou tudo. E agora está-me a dizer “ah eu agora já não tenho tempo, não diga isso que eu já não lhe posso responder!”.

Que culpa tenho eu que V. Exa. tenha gasto todo o seu tempo?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e do Governo)

O Orador: Portanto, sempre lhe quero dizer – Sr. Deputado – tenha o senhor tempo ou não, pelo menos oiça: a diferença fundamental é esta. E se a questão continuasse no pântano em que está, qual era a sua posição? “Nem mais um cêntimo!”.

No outro ano a seguir “nem mais um cêntimo, nem um cêntimo do Governo Regional!”.

Então como é que se resolvia a questão?!

Nada! Não saíamos daqui!

Não saíamos do pântano.

Aliás, nem nos seus governos nem nos governos do Presidente do Partido Socialista que o antecedeu!

Essa é que é a questão fundamental!

O contributo de V. Exa para a resolução desta questão foi zero! E continua a ser zero, porque V. Exa. continua a defender a mesma posição que defendia anteriormente.

A grande diferença é que nós queremos saber quais são de facto os dados que o Governo da República tem sobre esta matéria, uma vez que diz “não, não. Não são 35 milhões. É muito mais”.

Ora se nós queremos resolver a questão queremos, desde logo, ter acesso a todos esses dados. Essa é a diferença.

Queremos ter acesso aos dados e mais do que isso: estamos disponíveis para dar o contributo dos Açores juntamente com as outras entidades que têm responsabilidade nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, por isso, aí V. Exa. encontra uma diferença muito significativa.

Nós estamos cá para resolver.

V. Exa. não resolveu e também não tinha nenhum plano nem nenhuma vontade de resolver!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

Aplausos das bancadas da Coligação e do Governo

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu ontem também tinha pedido a palavra para responder à intervenção do Dr. Vasco Cordeiro...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Deputado.

O Orador: ...e é isso que vou procurar fazer de forma sucinta, até porque o meu tempo já não é muito.

No entanto, gostaria de começar por saudar a intervenção do Deputado António Lima que, pelo menos na sua interpretação, nos esclareceu aqui o artigo que consta da Lei do Orçamento de Estado para 2021 que é exatamente igual ao que constava do Orçamento de Estado de 2020 e, também, precisamente igual ao que constava do de 2019, porque nós sempre procurámos saber, afinal, qual era o objetivo concreto dessa norma e nunca conseguíssemos que nos esclarecessem. Aliás, o Partido Socialista sempre tentou confundir esse artigo com a ampliação efetiva da pista do aeroporto da Horta, algo que o Deputado António Lima acabou de contrariar na abertura desta Sessão, dizendo que essa

norma tem por objeto exclusivo a construção das áreas de segurança RESA no aeroporto da Horta.

Quanto à intervenção do Dr. Vasco Cordeiro...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Deputado.

O Orador: ...ontem na parte final deste debate, começou por dizer que não é candidato à Câmara Municipal da Horta. Pois, Sr. Dr., o senhor seria certamente um bom candidato. Seria um candidato forte, mas leal. E, portanto, seria um debate democrático e saudável certamente e que só poderia engrandecer a ilha do Faial, porque todos os bons candidatos enriquecem a democracia e por aí, estaríamos muito bem neste desafio democrático saudável.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não seria tão merecedor quanto o atual Presidente da Câmara, certamente.

O Orador: O Dr. Vasco Cordeiro não conseguiu, no entanto, contrariar nenhuma das posições que eu e a bancada do Partido Social Democrata assumimos. E dou aqui um exemplo muito concreto. O Dr. Vasco Cordeiro

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Deputado!

O Orador: ...relembrou que o anterior Presidente do Governo – o Presidente Carlos César – em 2004, quando prometeu ampliar a pista do aeroporto da Horta se a República não o fizesse, que a ANA era uma empresa privada. Esqueceu-se o Dr. Vasco Cordeiro de dizer...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não. Deputado!

Aqui dentro eu sou deputado.

O Orador: ...que a ANA se manteve como uma empresa privada até ao fim da governação do Presidente Carlos César até 2012.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Verdade!

O Orador: Se realmente o Presidente Carlos César e o Partido Socialista quisessem ampliar a pista do aeroporto da Horta, tiveram tempo suficiente para o fazer e não o fizeram por exclusiva opção política.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Dr. Vasco Cordeiro...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não. Deputado!

O Orador: ...também voltou a mostrar que a sua governação teve por vários momentos o objetivo de *dividir para reinar*. Procurou criar novamente o conflito entre o Faial e o Pico...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ...numa visão que, na nossa perspetiva, é claramente redutora, porque estas são duas ilhas irmãs e nós não vemos estas duas infraestruturas como concorrenciais...

Deputado Miguel Costa (PS): Como é que é?

Quem é o redutor afinal? É o Pico ou o Faial?

O Orador: ...vemo-las como complementares.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e do Governo)

O Orador: Sempre defendemos isso e continuaremos a defender ao longo desta Legislatura.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, quando os Srs. Deputados Marco Costa e Carlos Freitas trouxerem a este Parlamento iniciativas sobre o aeroporto do Pico, merecerão também o nosso apoio da mesma forma, porque nós não *dividimos para reinar*, nós queremos efetivamente promover a coesão regional, um princípio fundamental da nossa autonomia que, infelizmente, foi abandonado pela governação do Partido Socialista.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Percebemos também ontem o dilema do Partido Socialista que não concorda, mas vota a favor. Elogia a criação dum grupo de trabalho que só agora vai avaliar a necessidade ou não da pista do aeroporto da Horta, naquilo que constitui um retrocesso de 20 anos. E também temos percebido, ao longo dos últimos anos, que o Partido Socialista só vai ter certezas sobre a ampliação desta pista, quando o Governo da República deixar de ser do Partido Socialista. Essa é uma posição com a qual nós não concordamos em absoluto e que é completamente diferente da posição do PSD-Açores.

Quer aqui no Faial, quer a nível regional, nós temos sempre a mesma posição sobre este investimento. E exigiremos ao atual Governo dos Açores, aquilo que exigimos ao anterior Governo, sem sucesso da nossa parte – aí também o admitimos!

Vou voltar a citar aquele que é o nosso compromisso e o do Governo Regional dos Açores:

“Liderar politicamente o processo de constituição da parceria entre a República, a ANA e a Região...”

Deputado João Vasco Costa (PS): Como é que faz isso?

Como é que lidera?

O Orador: ... “com vista à ampliação do aeroporto da Horta, com candidatura a financiamento comunitário”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, esta foi, é e será a nossa posição até termos a garantia de que este investimento pode avançar e até vermos efetivamente o investimento a avançar.

Para terminar, Sras. e Srs. Deputados, ontem ainda durante o debate, recebi *sms* duma pessoa amiga que me dizia: “- Carlos tu perdes anos de vida na luta pelo aeroporto da Horta”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ohhhhh!

O Orador: Pois, uma coisa eu garanto a esta Assembleia e ao Governo Regional: enquanto a ampliação da pista do aeroporto da Horta for uma necessidade e enquanto eu acreditar que podemos dar passos seguros com vista à concretização desse investimento, eu poderei perder anos de vida, mas não baixarei os braços!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

(*) Deputado Rui Martins (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voltei a inscrever-me para participar neste debate, porque ontem falou-se do grupo de trabalho que foi criado. E do ponto de vista do CDS há contradições entre o que foi avançado em termos da necessidade de se criar esse grupo, para avaliar valores e custos dum projeto que está em cima da mesa, face ao que tinha sido anunciado anteriormente. E, entretanto, fui repescar uma notícia de fevereiro de 2020, em que o atual Presidente da Câmara Municipal da Horta dizia que a Câmara integra equipa multidisciplinar para a ampliação da pista do aeroporto.

Então em 2020 já integrava uma equipa que ele refere de “equipa de trabalho pluridisciplinar”, que abrange o concessionário da ANA e a própria ANAC. E, afinal, só esta semana – há 3 dias – é que foi publicado um grupo de trabalho do qual a Câmara Municipal da Horta faz parte e eventualmente também o Governo Regional. Ou seja, não percebo como é que andamos aqui há 2 anos

aparentemente a brincar com grupos de trabalho. O projeto já foi feito em 2016. Em 2018 diziam que estava sobreavaliado. Nunca avançaram com valor nenhum. E é essa a pertinência deste Projeto de Resolução e é por isso que estamos aqui a discuti-lo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Deputado não está na Assembleia Municipal?

O Orador: Depois o Deputado Vasco Cordeiro ontem gastou obviamente o seu tempo a tentar de alguma forma inferiorizar o Deputado Carlos Ferreira pelo facto de ser candidato à Câmara Municipal da Horta. Ou seja, em vez de tentar de alguma forma *deslegitimar* o Deputado Carlos Ferreira por falar no aeroporto da Horta e por ser candidato à Câmara Municipal da Horta, se calhar tinha ganho mais tempo, se tivesse dito efetivamente o que é que nos diferencia e porque é que, do seu ponto de vista, não se devia ter investido no aeroporto da Horta, que é a postura exatamente oposta à deste Governo.

Como já foi dito aqui, avançou que de certa forma não se preocupa com investimentos estratégicos. O que o preocupa são os investimentos no seu *feudo*. Como o aeroporto da Horta não é do seu *feudo*, já não estratégico. Os que são do seu *feudo*, nesses sim já se poderia investir. E isso é grave!

Ao mesmo tempo, também me surpreende que tenha uma postura igual à do Bloco de Esquerda, alegando que eventualmente havendo uma participação do Governo Regional neste investimento, não estaremos a defender a autonomia, porque é um investimento da República e é esta quem tem de o fazer.

Perante isto, eu pergunto-lhe se foi um erro participarmos na viabilização do estabelecimento prisional de Ponta Delgada?

Se o Governo Regional não devia ter feito nada? Nem devia ter contribuído com o terreno?

Se o Governo não devia ter feito nada em relação ao Departamento de Oceanografia e Pescas?

Se não contribuísse como era?

Não tínhamos Departamento é isso?

Não percebo, porque assim que acabar a concessão, do ponto de vista estratégico, o aeroporto será sempre do Faial, ao serviço dos faialenses e ao serviço dos açorianos.

Para terminar, relativamente a este Projeto de Resolução, na realidade o que nos interessa saber é o valor, porque é de extrema importância saber, não ao cêntimo, não exatamente qual é que é a verba, mas em que medida é que este projeto estará então subavaliado?

Será em 40%, 50% ou 60%?

Seja o que for, precisamos de saber, para podermos – até o próprio Governo Regional – decidir e colocar à decisão dos faialenses se é esse o investimento que querem ou não. Ou seja, se consideram que esse é um investimento estratégico. Os faialenses é que devem decidir o que é que preferem...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

E em que medida é que se deve fazer os investimentos e aquilo que é estratégico para a sua ilha ou não.

Se para isso tiverem que abdicar de outros investimentos, que o seja, mas será sempre uma decisão não do Deputado Rui Martins, não do Deputado Carlos Ferreira, não do Governo Regional do PSD/CDS/PPM, mas sim dos faialenses. Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O CDS também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não estou aqui para defender alguém que já não tem tempo, mas vou ser obrigado pelo menos a corrigir uma coisa.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro e todos os outros deputados que se dirigiram ao Sr. Deputado Carlos Ferreira, não estiveram a diminuí-lo.

Nunca na vida!

Eu falo por mim, para dizer que apenas usei esta Câmara para “palco” das autárquicas. O que é completamente diferente.

É uma escolha política que pode ter consequências do outro lado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Ou seja, as pessoas podem obviamente exprimir-se como quiserem!

Sr. Deputado Rui Martins, sobre o grupo de trabalho, aviso já que este grupo não vai custar absolutamente nada! Essa é a primeira questão.

Acho que todos podem estar descansados, porque ele não vai custar monetariamente nada!

Em termos de tempo – e porque *o tempo é dinheiro* – como disse o Sr.

Deputado, é grupo atrás de grupo de trabalho, não lhe tiro a razão, contudo eu questiono, visto que o Governo Regional faz parte deste novo grupo de trabalho...

Deputado João Vasco Costa (PS): Lidera o processo!

O Orador: ... e se está contra o mesmo, porque acham que não vai fazer (ponto 10) um relatório minucioso, quer a nível técnico quer a nível económico

– nós temos que saber qual é o valor, logo esta iniciativa deixa de ter alguma particularidade dentro desta Casa...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Quero saber agora, não daqui a um ano!

O Orador: ... e então eu pergunto:

- A Coligação é contra este grupo de trabalho?

O Governo Regional não vai fazer parte dele?

É isso que eu tenho que assumir?

Se é o caso, então nós temos que mudar todas as entidades, porque o Governo Regional não pode fazer parte deste grupo de trabalho.

Isto é um grupo de trabalho que, tirando o ponto 1 relativo à avaliação da necessidade, para o PAN é necessário sempre, mas essa necessidade nem sequer é reconhecida neste grupo de trabalho. O PAN sem dúvida que vê a necessidade dele, não só para os faialenses, mas também para os Açores. Não é apenas para a ilha, é também para a Região Autónoma dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Não vemos que se tenha de ver a viabilidade, em termos de necessidade, porque ela existe.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A diferença é saber o valor agora ou daqui a um ano!

Eu quero saber agora!

O Orador: Vamos ver é se o projeto é o mais correto ou não.

Por isso, é que este grupo de trabalho tem que ser feito. E por isso é que o Governo Regional tem também que fazer parte dele.

Sinto-me um bocado defraudado, sabendo à partida que, pelo menos os partidos da Coligação, são contra este grupo de trabalho.

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Não, não são contra Sr. Deputado!

O Orador: Então o Governo Regional não vai fazer parte? – é uma pergunta que deixo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

(* Sec. Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mota Borges): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente, Caros Colegas de Governo:

Apenas para transmitir, relativamente à questão da ampliação do aeroporto da Horta, umas breves palavras que resumidas são que o Sr. Presidente do Governo já se pronunciou sobre o assunto aquando da vinda do Sr.

Administrador da ANA. E, portanto, não havendo mais nada de relevante neste momento sobre este assunto, não acrescentarei mais nada sobre a ampliação do aeroporto.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado António Lima, gostaria de dar-lhe resposta. As questões são de facto pertinentes. Foi anunciado aqui há algum tempo que nós iríamos criar um grupo de trabalho que envolvesse a Secretaria de Estado das Comunicações, das Finanças e do Tesouro, sendo que produziu uma série de encontros e de reuniões durante o mês de abril.

E pelo facto da última reunião não ter sido pródiga em resultados, abordámos o Sr. Ministro das Comunicações, no sentido de lhe solicitar uma intervenção, para que o ritmo dos trabalhos fosse acelerado e que conseguíssemos, no mais curto espaço de tempo, resultados positivos.

Da parte dele, a boa vontade e a simpatia foram manifestadas, mas a verdade é que não conseguimos marcar reuniões nos 15 dias que se seguiram.

Endereçámos já uma carta ao Sr. Ministro e já conseguimos uma marcação de um encontro com ele para, ainda no decorrer deste mês, conseguirmos coltar a trazer a terreiro – digamos assim – a outra parte, porque o acordo tem que ser feito com duas partes e, portanto, contamos que nessa altura já tenhamos informações novas relativamente ao ritmo dos trabalhos para conseguirmos de

facto uma forma da República compensar a Região pelas obrigações de serviço público territoriais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor esqueceu-se de falar no aeroporto do Pico.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições neste momento.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Agradeço naturalmente a sua resposta, pois *tarde é o que nunca vem*. Demorou, mas chegou.

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: Tive que insistir 3 vezes Sr. Vice-Presidente na mesma pergunta!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas levou a resposta!

O Orador: É com preocupação que vemos o arrastar deste processo e a indefinição que ele acarreta.

Por isso, esperamos naturalmente que ele chegue a bom porto.

Consideramos que o Governo deve fazer tudo o que está ao seu alcance para conseguir uma devida compensação à Região e à operadora, neste caso a

SATA, nestas rotas porque sem ela elas a ampliação da pista é algo que não irá acontecer. E o que é importante é manter o serviço público.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Pedro Neves e eu vou-lha dar, mas informo que tem mesmo muito pouco tempo. Apenas 14 segundos.

Tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Vou ser muito rápido mesmo.

Sras. e Srs. Deputados, é apenas para dizer que este é um tema que nos é caro há muitos anos. E não termos a segurança necessária para também albergarmos o tipo de avião de que precisamos, tanto para passageiros como carga, é ainda mais caro à ilha do Faial.

Sem dúvida que o que está a acontecer, desde há muitos anos, é simplesmente usar esta pasta apenas para uma coisa, para a alavancagem política dentro das eleições. Não estou a falar só de agora. Já aconteceu em anos anteriores, sempre aconteceu.

Não estejam a dizer que não, porque é verdade!

Acho que todos nós temos aqui internet.

Basta ir ao Google para vermos que isto sempre foi usado em eleições! Sempre!

E vamos continuar a usar em eleições. E temos que mudar esse paradigma.

Depois deste grupo de trabalho que – acho - vai ser profícuo e sem dúvida

haverá uma celeridade bastante forte do Governo Regional para que a

Assembleia da República não veja isto como uma pasta completamente

secundária, acho que todos os partidos que estão aqui, e que sempre

defenderam, seja no passado seja no futuro, até os partidos que não existiam

aqui na altura, penso que todos temos que alavancar numa forma muito mais

forte o que é necessário. Não só em relação ao aeroporto da Horta, mas também

em relação aos aeroportos que temos noutras ilhas que também precisam de algumas alterações.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PAN também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.

Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte: com certeza que o Governo vai participar no grupo de trabalho.

A pior coisa que se pode fazer é não estar nos locais em que se vai fazer essa discussão.

O Governo vai com certeza chamar a atenção para a incongruência total entre os considerandos que realçam a necessidade de construção urgente da ampliação do aeroporto e depois diz que, afinal, se vai avaliar a necessidade.

V. Exa concordará que é uma incongruência absoluta.

Portanto, o Governo certamente irá fazer isso.

Também lhe quero dizer que esta questão foi utilizada politicamente ao longo das últimas décadas, é verdade.

Foi usada por quem governava e por quem fez anúncios!

Em primeiro lugar, pelo anterior Presidente Carlos César que disse que ia resolver o problema. E nos últimos anos, pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ex-Presidente do Governo Regional, a dizer que não dava nem um cêntimo para a resolução do problema!

Aí é que residiu a questão!

Nós estamos em funções há 7 meses. E o que esta iniciativa demonstra é que há uma postura diferente, proativa, em que não dizemos que isto é responsabilidade dos outros e nós não vamos fazer nada.

O que estamos a dizer é que isto é responsabilidade dos outros, mas nós estamos prontos a dar o contributo que for necessário para que este assunto se possa resolver!

Essa é a questão fundamental!

E essa é a grande diferença!

O tempo julgará se estamos ou não estamos de boa-fé. Se conseguimos ou não bons resultados nesta matéria.

Em relação ao passado, já sabemos que não se obtiveram resultados!

Isso é inegável!

Foram feitos anúncios, no âmbito das várias eleições e nada foi resolvido!

Nós estamos aqui com uma postura proativa.

Eu tenho pena que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro já não tenha tempo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas também é curioso que me faça perguntas, sempre que eu já não tenho tempo.

O Orador: Gostava de saber se alguma vez mandou fazer algum estudo sobre o aeroporto da Horta e se tem esses dados?

Gostava de lhe ter perguntado isso, mas não é possível fazê-lo, porque o Sr. Deputado já não tem tempo.

Deputado Tiago Branco (PS): Façam o vosso próprio grupo de trabalho!

Porque é que não fazem?!

O Orador: Terminando Sr. Presidente, há aqui uma mudança de paradigma.

Há um governo que quer resolver o problema.

Há um governo que se compromete a ser parte da solução. E há um governo que tinha uma barreira em relação a esta matéria, segundo a qual, acontecesse o que acontecesse, e a inércia que existisse por parte das entidades nacionais e de empresas privadas, nada iria fazer a este respeito.

Aqui a diferença é que nós queremos fazer parte da solução. E essa é uma diferença muito significativa. E, mais do que isso, para terminar, é a questão dos tempos.

Este grupo de trabalho tem 6 meses. A seguir pode ser prorrogado por mais 6 meses. E é assim que se evita a resolução do problema.

Nós queremos que esses resultados nos sejam fornecidos já!! O mais depressa possível, porque temos urgência na resolução da questão!

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução nº 63/XII, apresentado pelo PSD, CDS/PP e PPM foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Está, assim, encerrado este ponto da ordem de trabalhos.

Vamos avançar para o próximo que é o **Relatório e parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado**

Luís Carlos Cota Soares possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo de Inquérito.

O Relatório foi distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Relatório colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Avançamos para o ponto 19 da nossa Agenda - **Pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 2/XII** – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Trata-se dum Pedido de Urgência sem dispensa de exame em Comissão. E para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Vânia Ferreira.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Os Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e PPM vêm solicita a esta Câmara a declaração de urgência da Ante Proposta de Lei em causa, com vista a garantir em tempo útil, a análise do diploma em Comissão.

Consideramos muito importante conferir celeridade a este processo, pois o que se pretende com esta iniciativa é conseguir em 2022 a reposição integral das pensões dos antigos trabalhadores da Base das Lajes, nomeadamente os que atualmente são prejudicados pelo fator de sustentabilidade.

Apesar de em setembro de 2020 o Governo da República ter decidido eliminar, para uma série de profissionais, o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão, a verdade é que muitos dos ex-trabalhadores da Base das Lajes não foram abrangidos.

Embora a legislação nacional que eliminou o fator de sustentabilidade abranja os trabalhadores da Base das Lajes, excluiu todos os que foram obrigados a solicitar a reforma antecipada entre o ano de 2015 e 2018, por via da redução do contingente militar norte-americano.

A urgência deste processo legislativo prende-se igualmente com a necessidade de, caso esta Assembleia venha a aprovar a nossa Ante Proposta de Lei, assegurar que o diploma seja discutido na Assembleia da República, em tempo útil, e enquadrado no próximo Orçamento de Estado.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário faça favor de anunciar a votação.

Secretário: O Pedido de Urgência colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 20 da nossa Agenda - **Pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 3/XII** – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social”. Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Trata-se também dum Pedido de Urgência sem dispensa de exame em Comissão, ao abrigo dos Artigos 146º e 147º do nosso Regimento.

Para justificar a urgência, dou a palavra à Sra. Deputada Alexandra Manes.

(* **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Ante Proposta que o Bloco aqui apresenta, com pedido de urgência, pretende terminar com uma injustiça que se prende com o corte nas pensões, que está a ser praticado contra várias pessoas de várias profissões abrangidas pela isenção do fator de sustentabilidade, devido à penosidade das suas profissões e nos quais se incluem muitos ex-trabalhadores da Base das Lajes, por via da Lei nº 32/96, de 16 de agosto que, ao abrigo da Atribuição de Pensão Extraordinária aos Trabalhadores abrangidos por Acordos Internacionais na RAA, usufruem desta pensão extraordinária. Tendo, por isso, um carácter mais abrangente, de forma a solucionar esta questão para todos os ex-trabalhadores, tanto da Base como dos outros grupos profissionais que se encontram abrangidos, parece-nos que merece desta Câmara a mesma urgência.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário faça favor de anunciar a votação.

Secretário: O Pedido de Urgência colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Avançamos para o ponto 21 da nossa Agenda - **Projeto de Resolução n.º 34/XII** – “Remoção de amianto dos edifícios escolares”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Este agendamento potestativo foi solicitado pelo proponente ao abrigo do Artigo 61º do nosso Regimento.

Para a apresentação desta iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O amianto está classificado entre os poluentes de primeira categoria, devido à sua toxicidade e aos efeitos potencialmente graves sobre a saúde humana e o ambiente – diz a lei.

Trata-se, na verdade, de um dos principais desafios para a saúde pública ao nível mundial, cujos efeitos surgem, na maioria dos casos, vários anos depois das situações de exposição e que tem merecido especial atenção da comunidade internacional.

No caso da União Europeia, a proibição do uso de qualquer variedade de amianto, tornou-se efetiva a partir de 1 de janeiro de 2005.

Quatro anos e meio depois, os Açores transpuseram finalmente para o seu ordenamento jurídico aquela norma comunitária. E fizeram-no, com o compromisso de proceder em 10 anos, à remoção do amianto de todos os edifícios escolares da Região. Dez anos. O tempo julgado necessário e suficiente para intervir em nove estabelecimentos escolares. A saber:

- Vila Franca do Campo;
- Profissional da Praia da Vitória;
- Biscoitos;
- Calheta;
- Canto da Maia;
- Capelas;
- Rabo de Peixe;
- Arrifes e
- EBI da Lagoa.

Mas uma coisa era a programação e, outra bem distinta, a sua realização. Como o tempo era longo, a governação socialista descansou sobre um assunto que, no entanto, requeria urgência e a todos devia sobressaltar, considerando a perigosidade do amianto para a saúde dos utilizadores dos espaços onde ele está presente.

Precisamente a meio do prazo estabelecido pela maioria socialista, o então Secretário Regional da Educação, Fagundes Duarte, prometia aqui neste Parlamento – e cito – “que as obras em 4 destas escolas, deverão estar concluídas ainda na atual Legislatura, nomeadamente nas escolas da Calheta, em S. Jorge, e Canto da Maia, Rabo de Peixe e Arrifes em S. Miguel”.

E continuava: “As intervenções nas escolas da Lagoa e das Capelas, que se iniciarão igualmente na atual Legislatura, só estarão concluídas em 2017”.

Por essa altura, em fevereiro de 2014, o comunicado do Conselho de Governo também se apresentava cheio de boas intenções, apesar do atraso já então verificado no processo.

E dizia assim: “Ainda no âmbito da Carta das Obras Públicas, o Governo dos Açores vai desenvolver uma série de procedimentos para obras públicas que, no caso da educação, vão permitir que até final de 2015, sejam lançados todos os procedimentos das intervenções que permitirão solucionar a questão do amianto em edifícios escolares.

A Carta Regional de Obras Públicas foi o que foi – sabemos – e a Secretaria da Educação, por essa altura, pouco depois, mudou de inquilino. Mas o rigor das promessas e a capacidade empreendedora do seu novo inquilino pouco ou nada alterou.

Passado mais um ano, lá veio mais uma promessa devidamente difundida pelo GACS.

Rezava assim: “O Secretário Regional” (agora) “Avelino Menezes, salientou que depois da escola Canto da Maia, seguir-se-á a escola dos Arrifes e as restantes, Capelas e Lagoa, em sequência, num processo que o Governo estima esteja concluído dentro dos prazos estabelecidos internacionalmente. Ou seja, até fins de 2017 ou princípios de 2018”. Sublinho eu: até fins de 2017 ou princípios de 2018.

Em julho de 2019 esgotou-se o tempo previsto – uma década – sem que tivessem iniciadas as obras de remoção de amianto em 3 escolas: Rabo de Peixe, Arrifes e Lagoa.

Chegados ao fim de mais uma Legislatura, e neste caso também da governação socialista, ainda decorriam e decorrem as empreitadas de Rabo de Peixe e Capelas, nesta última com um atribulado processo, com imprecisões e erros de projeto, que faz prolongar as obras até abril do próximo ano. E ainda não se verificou o arranque das obras na escola dos Arrifes enquanto, que na Lagoa,

apenas foi substituída uma das 6 coberturas ali existentes com incorporação de amianto.

Considerando a perigosidade da presença do amianto nessas estruturas de uso público, nomeadamente para a saúde dos seus utentes, e considerando também que, em julho de 2019, terminou o prazo legal de 10 anos para a remoção de amianto dos equipamentos escolares, impõe-se recomendar ao atual Governo Regional que confira absoluta prioridade às empreitadas de obras públicas que têm precisamente por objeto a remoção de estruturas que contenham fibras de amianto em estabelecimentos de ensino. Porque a saúde alunos, professores e pessoal docente, e demais membros da comunidade educativa, deve estar em primeiro lugar.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa e estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta nesta Casa um assunto que ainda não está completamente resolvido. E usando uma expressão já dita pelo Deputado João Vasco Costa, este assunto “já tem barbas”.

Ao longo da última década, têm sido apresentados vários requerimentos aos governos regionais, principalmente o Bloco de Esquerda, mostrando a real

preocupação que implica este material que foi imensamente utilizado no passado, pelo seu baixo custo.

O ponto negativo deste material é que ao se degradar e ao ser manipulado sem equipamento de proteção individual, liberta um pó constituído por fibras de amianto que são como minúsculas farpas que, ao serem inaladas, provocam cicatrizes no sistema pulmonar e podem causar doenças como a Asbestose. Urge resolver este problema nos nossos edifícios escolares. Mas é também transversal aos restantes edifícios públicos e mesmo aos edifícios particulares. E aproveito para fazer um alerta geral da perigosidade deste material. E, portanto, para uma saúde mais robusta, substituam este material.

O Grupo Parlamentar do PPM votará claramente a favor.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Estavam com saudades, não é?

(*) Deputado José Contente (PS): Estavam com saudades minhas.

Eu entro e saio pelo meu pé!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Eu ainda tive a esperança (vã!) de que o Sr. Deputado Joaquim Machado, pela primeira, segunda ou terceira vez que falasse de obras, tivesse a preocupação

central com o aspeto resolutivo deste Projeto de Resolução, o qual é legítimo, mas esquece muitas coisas.

Tem muita *toxicidade* na parte preambular.

Desde logo, porque foi o Partido Socialista que, em boa hora, transpôs a diretiva comunitária para os Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Era quem estava no Governo!

O Orador: E também foram os Governos do Partido Socialista que, ao longo dos anos, fizeram intervenções não só nas escolas que o senhor referiu, mas muitas mais. Aliás, o Pico, o Faial e o Corvo não tinham, felizmente, escolas nem outras infraestruturas da responsabilidade do Governo com amianto.

O Sr. Deputado Joaquim Machado na sua análise, com o intuito de querer atacar o anterior Governo, esqueceu-se duma coisa muito importante, ou seja, só 4,8% de todas essas infraestruturas aqui relatadas, é que são da Administração Regional. E quando se faz inventariação do que aqui pede ao Governo, verificará – depois da resposta do Governo – que há um conjunto muito vasto que ainda não tem as coisas completamente resolvidas, que não pertence à Administração Regional.

E mais: a inventariação feita numa plataforma colocada desde 2016 pelo anterior Governo Regional chamada e-amianto, na qual as entidades podem e devem registar-se para poderem lá colocar as infraestruturas que ainda têm amianto... olhe no caso dos 19 Municípios, só 15 é que deram a resposta. Ainda faltam 4. Espero que isso já tenha avançado mais alguma coisa, vamos aguardar pela resposta do Governo. Só em P. Delgada havia 5 creches e infraestruturas desta natureza que ainda não tinham o problema resolvido.

Portanto, este problema não é só da Administração Regional. Além disso, nós podemos dizer – como se viu, de resto, pela resposta da Sra. Secretária na Comissão – que nesta matéria, é a Administração Regional quem está mais

avançada. E não só está mais avançada, sob o ponto de vista das escolas, como está circunscrita a situações – que também relatou – que não foram intervencionadas em termos de retirada do amianto, porque havia um processo (o caso dos Arrifes) em curso que estava no Tribunal de Contas para visto prévio, tal como disse a Sra. Secretária, e já estava em andamento. Não sei qual é o andamento neste momento. Na escola das Capelas o problema já estava resolvido, ainda de acordo com o relato da Sra. Secretária na Comissão. E também no caso da EBI da Lagoa, havia pelo menos um pavilhão e depois houve um esclarecimento de que os outros iriam ficar prontos em pouco tempo. Mas também é importante dizer, por outro lado, que a Região Autónoma dos Açores, no conjunto do País, não é a mais atrasada, porque Portugal tem muitas mais situações para resolver. Claro que o problema dos outros não nos contenta a nós. Mas o que esta resolução tem de *enviesado* é tentar focalizar-se na Administração Regional e no Governo do Partido Socialista e, como seria suposto vindo da vossa parte, para dizer que é aí que estão as falhas maiores deste processo de intervenção. E isso não efetivamente assim.

Tomara que todos os outros organismos também privados nos Açores, tivessem a preocupação que a Administração Regional teve a fazer intervenções nas Flores, na Graciosa, em St^a. Maria, no Nordeste, Vila Franca, Ribeira Grande e noutras situações de edifícios da própria Administração Regional. Aliás, este Governo irá estar confrontado com outros equipamentos e infraestruturas que têm necessidade de se continuar a fazer essa intervenção.

Por isso, Sr. Deputado Joaquim Machado, este Projeto de Resolução é válido na parte resolutiva, desde que não tivesse a sua habitual *intoxicação* quando fala de obras. E penso que não é de facto a sua área de eleição para tentar focalizar e culpar as Administrações Regionais socialistas dum processo que até teve o seu andamento.

Poderá sempre dizer que há 3 escolas que não tiveram o seu problema resolvido na data de julho de 2019. Mas o que é certo é que o problema está praticamente resolvido. Ainda restam, no entanto, muitas outras situações, como por exemplo, nas autarquias que, essas sim, são motivo de preocupação. Até porque têm creches e jardins de infância a elas associados.

Por isso, aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer dizer é que o PSD julga que reescreve a história...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Atualiza a história!

O Orador: ..., mas o PSD esquece-se duma coisa que é visível para toda a gente. O PSD não é a primeira vez que vem para o governo. Já esteve uma vez e está agora pela segunda vez. E o PS esteve também no governo uma vez. E os senhores já começaram a ser avaliados...

(Protestos inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ...e vão sê-lo talvez agora até mais cedo, porque os ciclos políticos são mais curtos.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): O que quer dizer com isso?

O Orador: Mas neste caso concreto do amianto nas escolas, o Grupo Parlamentar do PSD se tivesse se despedido do seu foco nos governos do PS, tinha prestado um melhor serviço à causa da destruição das infraestruturas com amianto na Região Autónoma dos Açores...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito mau!

O Orador: ...esse sim, é um problema importante para os Açores e para a saúde dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.

Presidente, Srs. Membros do Governo

Há uma figura da comédia portuguesa que tem um *sketch* muito interessante protagonizado por Herman José que diz “não havia *nexexidade!*”.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Não havia necessidade do Sr. Deputado Joaquim Machado ir àquela tribuna dizer mais do que estava nos considerandos da resolução, toda ela cheia de virtudes. E também não havia necessidade, Sr. Deputado José Contente, de pedir a palavra para...quase tentar arranjar desculpas para aquilo que o PSD não terá feito entre 1976 e 1996.

É que não havia mesmo *nexexidade!*

Isto é um tique o senhor adquiriu durante os primeiros anos de Governo do Partido Socialista, alguns dos quais eu estava por aqui sentado e fui ouvindo o senhor dali daquela bancada dizer “porque o Dr. Mota Amaral não fez... porque o PSD não fez...”!

Mas eu até percebo, porque eu também tinha esse tipo de rancores. Ultrapassei-os.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Cheguei aos 40 anos e ultrapassei-os!

Já o senhor está quase chegando aos 70 e ainda não ultrapassa isso!

É uma coisa fantástica!

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Menos um bocadinho, Sr. Deputado! Não havia necessidade!

O Orador: O que é central neste processo e nesta resolução é que, duma vez por todas, se remova os amiantos, não só das escolas, mas doutros edifícios públicos da Região Autónoma dos Açores.

Isto é um assunto que, como disse o Sr. Deputado Gustavo Alves e bem, tem barbas longuíssimas, como aquelas que ele tinha antes!

(Risos de vários Deputados das bancadas da Coligação)

Ainda há dias estive num edifício público – nos Florestais do Nordeste – que ainda tem amianto nas oficinas. Há imensos edifícios públicos por essa Região fora com amianto.

Eu lembro-me que em 1998 foi aprovado uma norma comunitária em regulamento de aplicabilidade direta em direito comunitário, para as acessibilidades foram dados 7 anos aos estados-membros para cumprir com as normas que lá estavam plasmadas e ainda há nos Açores, hoje, passados 20 anos, edifícios que não cumprem aquelas normas. E outros que estão...a fingir, porque tecnicamente não é possível resolver, porque também há disso nos regulamentos e também há disso em toda a legislação que é produzida quer na União Europeia, quer no País ou na Região Autónoma dos Açores. Há coisas que não se conseguem aplicar. E é preciso assumir isso. E há outras que é tão ridículo aplicar que depois não funcionam, como por exemplo, rampas com

inclinações incríveis, elevadores que nunca funcionam porque estão sempre avariados em zonas de exposição às intempéries etc., etc. É só ir por esses Açores fora, começar em St^a. Maria e acabar nas Flores ou no Corvo para encontrar centenas de situações dessas.

Mas o que é central de facto aqui é isto, ou seja, tomarmos a iniciativa, duma vez por todas, sem olhar àquilo que um fez e o que o outro deixou de fazer, ou o que deviam ou não ter feito, e remover o amianto dos edifícios públicos e escolares com extrema prioridade. Só isso. Nada mais.

Está provado que não é bom para a saúde. Está provado que é cancerígeno. Está provado e está **legislado**. Se não estivesse legislado, já era nossa obrigação fazer. Mas estando legislado, é mais ainda nossa obrigação fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária da Educação:

V. Exa tem neste mandato uma tarefa hercúlea.

Estes dois anos de pandemia vieram trazer dificuldades acrescidas ao sistema educativo regional e acresce que o amianto ainda não foi retirado de todos os edifícios escolares. É mais um problema para resolver.

Estamos confiantes que este Governo irá dar continuidade às obras em curso e irá dedicar especial empenho na identificação das situações que ainda não foram resolvidas e que ainda têm amianto para, no espaço da Legislatura, tanto

quanto possível, se possa resolver duma vez por todas nesta Região, pelo menos ao nível das infraestruturas dos diversos graus de ensino, esse problema do amianto.

É essa a convicção que temos e, por isso, vamos votar favoravelmente esta resolução.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional nº12/2009/A, veio obrigar à remoção do amianto a iniciar no prazo máximo de um ano e a concluir no prazo máximo de 10 anos. Ou seja, até 2019. Em todos os equipamentos escolares, incluindo creches, jardins de infância, bem como em equipamentos desportivos.

É lamentável que em junho de 2021, ainda estejamos a falar deste assunto e que este trabalho não esteja concluído.

É lamentável, não só porque se permitiu que um prazo de 10 anos se esgotasse, mas é lamentável acima de tudo, porque está em risco a saúde das pessoas.

Todos e todas nós sabemos que há mais do que 10 anos o amianto é uma substância bastante prejudicial para a saúde, estando associado ao aparecimento de doenças respiratórias e cancerígenas.

Esta tem sido uma preocupação do Bloco de Esquerda desde que o partido está representado neste Parlamento. E enquanto houver amianto nos edifícios escolares, jardins de infância e creches, esta preocupação não vai diminuir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obrigado.

A Oradora: Acompanhamos, por isso, este Projeto de Resolução do PSD.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sra. Secretária Regional da Educação tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Apenas para informar o plenário do andamento das obras que aqui foram suscitadas.

No que concerne à EBI da Lagoa, tal como informei na Comissão dos Assuntos Sociais, a obra iniciou-se em outubro de 2020. Está previsto que na próxima 2ª feira possam ser retomadas as obras nos restantes pavilhões.

O Governo Regional está a dar continuidade aos projetos que foram iniciados pelo Governo anterior.

Já houve a remoção da cobertura na EBI da Lagoa, no pavilhão E. Também os trabalhos no ginásio. E os restantes trabalhos, como já disse, está previsto sejam retomados na próxima 2ª feira.

No que concerne à EBI dos Arrifes, o que processo de contratação da empreitada foi concluído em outubro de 2020.

Entretanto, nós já procedemos à adjudicação dos serviços de fiscalização e, neste momento, estamos nesse processo, porque o concorrente reclamou e, portanto, estamos no período normal das respostas.

A partir daqui o processo continuará a decorrer com normalidade, esperamos que, ao longo desta próxima interrupção letiva, possamos iniciar os trabalhos.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem Sra. Secretária.

Deputado Miguel Costa (PS): A Sra. Secretária esteve muito bem, ao contrário de outros!

A Oradora: De resto, como previsto relativamente àquilo que estava previamente definido.

Aqui fica o ponto de situação.

Muito obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem, Sra. Secretária!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Contente:

Naturalmente que não esperava que o teor da sua intervenção fosse diferente e que tomasse um rumo distinto daquele que efetivamente veio a tomar, nomeadamente quanto às observações feitas ao preâmbulo desta resolução.

Percebo que este preâmbulo não seja do seu agrado nem do agrado da bancada do Partido Socialista. Mas de entre 5 ou 6 parágrafos, seguramente, só existirão dois que não merecem a vossa adesão. São aqueles em que se diz que os 10 anos que o próprio Governo Regional do Partido Socialista, na sua Proposta de

Decreto Legislativo que aqui trouxe em 2009, estabeleceu como 10 anos para prazo máximo de remoção do amianto nas escolas não foi cumprido e que, passados 12 anos, continuam a existir escolas cujas obras ainda não se iniciaram ou concluíram.

Isso não deixa de ser, tal como as outras coisas que eu disse da tribuna, factual.

Simplesmente factual

Deputada Andreia Cardoso (PS): Os outros também eram factuais!

Queria que tivesse sido o PSD?

O Orador: Não fiz nenhuma interpretação que extravasasse aquilo que efetivamente foi o decurso de acontecimentos que têm a ver exatamente com este processo de remoção de amianto dos estabelecimentos escolares.

Diz o Sr. Deputado que foi o Partido Socialista que em 2009 transpôs para a norma jurídica da nossa Região Autónoma esta legislação comunitária.

Pois, Sr. Deputado, não podia ter sido mais ninguém. Era o Partido Socialista que governava. Queria que tivesse sido o PSD?

Deputada Andreia Costa (PS): E porque é que não poderia ter sido?!

O Orador: Até podia ter sido através duma iniciativa legislativa. Mas não lhe vem nenhum mérito maior daí!

Deputada Andreia Costa (PS): Nem maior nem menor!

O Orador: Agora, só uma entidade podia e devia ter cumprido essa lei: o Governo Regional do Partido Socialista, que dispôs de 12 anos para cumprir o que tinha previsto para 10 e não cumpriu!

Diz o Sr. Deputado que do conjunto de infraestruturas de edifícios da Região que contêm fibra de amianto, apenas meia dúzia ou 1 dúzia eram escolas da responsabilidade do Governo Regional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quase que inacreditável! Triste!

O Orador: Ó Sr. Deputado, eram poucas, mas mesmo assim, nem isso o Governo Regional do Partido Socialista conseguiu fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Querendo desculpar-se do que não fez...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Do que fez!

O Orador: ...não *conteve a mão* para atirar uma pedra às entidades públicas e privadas que são proprietárias de edifícios que contêm este tipo de material.

Dos privados, das autarquias...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quer dizer, o senhor atira pedras e calhaus e não quer apanhar com alguns?!

O Orador: ...seria bom também lembrar do Estado, porque há muitos edifícios do Estado na Região que contêm matéria desta natureza, com elevado grau de toxicidade e também não temos notícia de que algum deles tenha efetivamente sido objeto de obras. Mas também impõe-se aqui fazer uma pergunta: que diligências fez o Governo Regional junto dessas entidades privadas e das públicas, nomeadamente ao nível do poder local, do Estado, para conseguir que se tivesse retirado este material, dentro das possibilidades e dentro do que é a própria legislação comunitária para este fim?

Nós não temos muitas notícias – eu diria temos poucas – sobre aquilo que terá feito o Governo Regional anterior sobre essa matéria?

Não estou a fazer acusação de que não tenha feito. Estou a fazer, sim, a constatação de que nunca tivemos notícias sobre alguns destes desenvolvimentos.

Quanto à parte que é mais habitual das nossas contendas parlamentares, Sr. Deputado, sobre a... toxicidade da intervenção, eu acho que nós estamos num processo de desintoxicação.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Desintoxicação dos edifícios para retirada dos materiais, mas também uma desintoxicação política de 24 anos que *poluíram* muitas coisas nos Açores!

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Não reescrevo a história. Apenas lembro os erros que cometemos no passado, porque quem se esquece dos seus erros do passado e da sua história, arrisca-se a perigosas repetições.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor ainda se lembra dos seus?! Não cometa também os seus de quando foi Governo!

O Orador: E este Governo Regional da Coligação está apostado em não repetir os erros da governação socialista!

À parte de toda esta consideração que é obviamente de natureza política e partidária que nos distingue, e bem, (mau seria se não houvesse esta diferença!), o que importa essencialmente é que o Governo Regional confira, como julgamos que está já a fazer e irá fazer seguramente, pela nossa intervenção também pelo incentivo, pela responsabilidade que agora terá por via da aprovação desta resolução, o que importa mesmo é garantir que nos estabelecimentos de ensino da responsabilidade da Administração Pública Regional rapidamente se dê prioridade à retirada destes matérias, porque efetivamente a saúde dos alunos, dos professores, do pessoal não docente e de toda a comunidade educativa, é o mais importante e deve estar sempre em primeiro lugar.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Também de um modo muito rápido, só para reafirmar que, em primeiro lugar, e dirigindo-me ao Sr. Deputado Nuno Barata, eu não sou homem de rancores. Mas obviamente sou um homem combativo e sempre fui. E enquanto estiver por cá, há de ser assim! Quando me for embora... pois há de ser doutra maneira!

Sempre fui assim, portanto não há diferença nenhuma na minha postura.

Há, porém, uma coisa que eu queria aqui reafirmar e que já disse anteriormente noutras legislaturas. É que eu tenho *linhas vermelhas*. E elas são conhecidas, nomeadamente não trazer aqui coisas que não têm a ver com questões políticas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: E quanto a isso nunca ninguém me há de acusar, até ao fim dos meus dias aqui dentro!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E isso é feito de propósito, porque foi-me ensinado por uma pessoa que já esteve no mesmo grupo parlamentar em que o senhor esteve e conhece muito bem a Região. E é por isso que, às vezes, falo na diacronia do tempo desde 1976.

Isso não atrasa, mas adianta o Parlamento, sob o ponto de vista do contributo que se pode dar, trazendo esse tipo de experiência e conhecimento a esta Casa.

Portanto, é bom que isto fique claro numa vez por todas, pois é realmente importante, mesmo para a nossa conduta total parlamentar.

Às vezes, no calor do debate, temos a ideia de poder resvalar para outras situações. Por isso, é importante fazer esse esforço.

Da minha parte, continuarei a fazê-lo!

Mas isso não inviabiliza que tenhamos de dizer que esta resolução é útil e tem um problema de saúde associado, nomeadamente quando se fala de escolas, creches e jardins de infância. No entanto, o que não é objetivo, claro e rigoroso é focalizar esta questão só na Administração Regional, porque não é nem foi apenas esta que eventualmente incumpriu. Ainda que eu tenha dito que o conjunto de intervenções feitas, desde as Flores até às outras ilhas que referenciei, é importante para aquelas 3 falhas – digamos assim – que restam neste momento e as quais a Sra. Secretária teve o rigor e a objetividade de apresentar, nomeadamente circunstanciando o estado de cada uma das obras. Isso é que é a dita falha do preâmbulo. E, por isso, eu também estou preocupado, porque há administrações municipais do PSD, do PS e outras até independentes, que ainda estão em incumprimento. Essa é uma questão da listagem que eu conheço, mas que também vamos conhecer com mais detalhe, neste momento, face ao portal e-amianto de que o Governo dispõe e onde as entidades se inventariam e registam.

Há um problema, Sr. Deputado Joaquim Machado, que referiu na sua intervenção. Ou seja, que a Administração Regional tem tido algumas dificuldades – e espero que não as continue a ter daqui por diante – para que essas entidades se inventariem, sejam do Estado sejam das Autarquias (e dos privados ainda mais) – como lhe disse havia 5 que ainda não o tinham feito – para conhecermos em profundidade, no sentido deste problema ser conhecido e reconhecido na sua totalidade.

Isso obviamente penaliza não o Governo Regional, mas sim os Açores e a saúde dos açorianos, porque essas entidades devem ser responsáveis e responsabilizadas pelo facto de darem ou não esse tipo de informações. Mas o Governo anteriormente já fez essa pergunta e também algumas diligências através da Inspeção Regional do Trabalho a algumas entidades autárquicas e do Estado, no sentido de atualizarem esse inventário.

Não é uma luta fácil, mas eu volto a repetir: o Governo Regional dos Açores – como se viu pela intervenção da Sra. Secretária Regional – neste momento e nas situações de maior perigosidade, é aquele que conseguiu avançar mais nesta matéria. Mas temos ainda nos Açores, quer em termos autárquicos quer em termos privados, muitas situações relacionadas com esta problemática do amianto.

Por isso, a nossa posição é de clarificar, sob o ponto de vista do aspeto não resolutivo, porque o aspeto resolutivo parece-nos que é importante seja continuado na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução nº 34/XII apresentado pelo PSD foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está, assim, encerrado este ponto da agenda. E estão encerrados os nossos trabalhos.

Passo a ler a proposta de deliberação final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Junho”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Estão, assim, encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos.

Bom fim de semana. Bom regresso e boas viagens.

Os trabalhos terminaram às 11h25

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Partido Social Democrata (PSD)

José Joaquim Ferreira Machado

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 18 - 06 – 2021

1- Projeto de Lei:

Assunto: N.º 873/XIV (PSD) – Aprova disposições específicas relativas ao exercício de funções de polícia florestal das carreiras de guarda-florestal das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira - n.º 75/XII-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 06 – 16

Comissão: Política Geral

Data-limite de Parecer: 2021 – 07 – 06.

2- Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Que aprova o regime jurídico do ensino individual e do ensino doméstico – MEDU - (Reg. DL 1041/XXII/2021) - n.º 30/XII-GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 06 – 16

Comissão: Assuntos Sociais

Data-limite de Parecer: 2021 – 07 – 06.

3- Projeto de Portaria:

Assunto: Que procede à primeira alteração à Portaria n.º 358/2019, de 8 de outubro, alargando o seu âmbito a outras comunicações por via eletrónica entre o

agente de execução ou os tribunais judiciais e a Segurança Social, o Fundo de Garantia Salarial e a Caixa Geral de Aposentações - n.º 29/XII-GR

Proveniência: Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data-limite de Parecer: 2021 – 06 – 22.

4- Antepropostas de Lei:

N.º 2/XII

Assunto: Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15

Comissão: -----

Data-limite de parecer: **COM PEDIDO DE URGÊNCIA;**

N.º 3/XII

Assunto: Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2021 – 06 – 16

Comissão: -----

Data-limite de parecer: COM PEDIDO DE URGÊNCIA.

5- Projeto de Resolução:

N.º 63/XII

Assunto: Divulgação dos custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2021 – 06 – 14

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO.

6- Requerimentos:

Assunto: Pedido de informação sobre beneficiários do RSI (Rendimento de Inserção Social)

Proveniência: Carlos Furtado e José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2021 – 06 - 16

Referência: 54.09.00 – N.º 149/XII;

Assunto: Pedido de informação sobre assessorias de imprensa

Proveniência: Carlos Furtado e José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2021 – 06 - 16

Referência: 54.09.00 – N.º 150/XII.

7- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Irregularidades no âmbito do Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais (RJAAC)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 16

Referência: 54.07.00 – N.º 112/XII;

Assunto: Carta resposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre solicitação de vacinas aos Estados Unidos da América

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 17

Referência: 54.02.00 – N.º 105/XII;

Assunto: Apoio extraordinário às famílias

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 17

Referência: 54.02.00 – N.º 114/XII;

Assunto: Decreto Regulamentar Regional cria exceções não previstas no Decreto Legislativo Regional que interdita o uso no espaço público de herbicidas com glifosato

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 06 – 17

Referência: 54.06.00 – N.º 119/XII.

8-

Informações:

Assunto: Pedido de prorrogação da suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir de 26 de maio de 2021 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 05 – 18;

Assunto: Pedido de autorização, do Departamento de Investigação e Ação Penal – Secção da Praia da Vitória, para que o Deputado Luís Carlos Cota Soares possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 116/20.7PAVPV

Proveniência: Brigitte Ficher (por ordem da Meritíssima Juiz do Departamento de Investigação e Ação Penal da Secção da Praia da Vitória

Data de Entrada: 2021 – 05 – 28;

Assunto: Ofício n.º 15/2021, a enviar um Voto de Recomendação sobre o Projeto Terceira Tech Island, aprovado por maioria e por proposta do Partido Socialista, em reunião ordinária realizada a 30 de abril de 2021

Proveniência: Paulo Manuel Ávila Messias, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Data de Entrada: 2021 – 06 – 07;

Assunto: Ofício n.º 17/2021, a enviar um Voto de Recomendação sobre a Execução das intervenções para estabilização de taludes no Porto de Vila Nova, Terceira, aprovado por maioria e por proposta do Partido Socialista, em reunião ordinária realizada a 30 de abril de 2021

Proveniência: Paulo Manuel Ávila Messias, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Data de Entrada: 2021 – 06 – 07;

Assunto: Ofício n.º 20/2021, a enviar um Voto de Congratulação pela redução de impostos IVA, IRS e IRC, nos Açores, aprovado por unanimidade e por proposta do Partido Social Democrata, em reunião ordinária realizada a 30 de abril de 2021

Proveniência: Paulo Manuel Ávila Messias, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Data de Entrada: 2021 – 06 – 07;

Assunto: Ofício n.º 29/2021, a enviar um Voto de Protesto, aprovado por unanimidade e por proposta do Partido do Centro Democrático Social-Partido Popular, em reunião ordinária realizada a 30 de abril de 2021

Proveniência: Paulo Manuel Ávila Messias, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Data de Entrada: 2021 – 06 – 07;

Assunto: Ofício n.º 1548/000.45.01, a enviar o Anuário Estatístico da Autoridade Marítima Nacional 2020

Proveniência: Carlos Manuel Parreira Costa Oliveira Silva, Chefe do Gabinete da Autoridade Marítima Nacional

Data de Entrada: 2021 – 06 – 07;

Assunto: Ofício ref.^a 62, a indicar que o Deputado Paulo Estêvão integrará a Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Paulo Estêvão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2021 – 06 – 11;

Assunto: Ofício S/20165/2021, a remeter o Relatório de Atividades e Contas do Tribunal de Contas, bem como o Relatório de Atividade da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Proveniência: José F.F. Tavares, Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2021 – 06 – 11;

Assunto: Ofício ref.^a Gp176-XII, a indicar que a Deputada Catarina Cabeceiras integrará a Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 14;

Assunto: Ofício a indicar que o Deputado Carlos Furtado integrará a Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Carlos Furtado, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2021 – 06 – 14;

Assunto: Ofício ref.^a Gp168-XII, a indicar o Deputado Rui Martins como membro, sem direito a voto, da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, cessando as suas funções como membro na referida Comissão o Sr. Deputado Pedro Pinto, com efeitos a partir de 1 de junho de 2021

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 14;

Assunto: Ofício a informar que, na sua reunião de 26 de maio de 2021 a CAS admitiu a Petição n.º 7/XII – Pela revogação do despacho da Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital que determina a cedência de um exemplar taxidermizado do Museu Carlos Machado ao Ecomuseu do Corvo.

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 14;

Assunto: Ofício a indicar que os Deputados João Bruto da Costa, António Vasco de Viveiros e Marco Costa integrarão a Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15;

Assunto: Ofício a indicar que os Deputados Andreia Costa, Ana Luís, Francisco César e João Vasco Costa integrarão a Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15;

Assunto: Ofício ref.^a 2 a solicitar à Mesa da ALRAA a retirada do Projeto de Resolução n.º 36/XII – Recomenda ao Governo Regional dos Açores um aumento mensal de 30% no complemento regional de pensão para idosos

Proveniência: Carlos Furtado, Presidente do Grupo Parlamentar do CH.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15;

Assunto: Ofício ref.^a 81/021/MS a solicitar à Mesa da ALRAA que o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII – Zona da Ponta da Fajã Grande, no concelho das Lajes das Flores, baixe novamente à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o fundamento de efetuar diligências

Proveniência: PSD, PS, PPM, CDS-PP, CH, IL e PAN.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15;

Assunto: Ofício ref.^a 82/021/LT a solicitar o agendamento potestativo do Projeto de Resolução n.º 34/XII – Remoção de amianto dos edifícios escolares, para a sessão plenária de junho de 2021.

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15;

Assunto: Ofício ref.^a 84/021/LT a solicitar a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 14/XII – Forte de São João Baptista da Praia Formosa.

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 16;

Assunto: Ofício S268/2021/XII a apresentar a candidatura da Deputada Andreia Costa ao cargo de Secretária da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento, acompanhada da declaração de aceitação.

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 16;

Assunto: Comunicação do exercício de outras atividades.

Proveniência: Marco Costa, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 16;

Assunto: Ofício 85/021/LT, a apresentar a candidatura dos Deputados Paulo Estêvão e António Vasco de Viveiros para Presidente e Relator, respetivamente, da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento, acompanhada das declarações de aceitação.

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 17;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da ALRAA sobre a constituição da Mesa da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento, eleita na sua reunião de 17 de junho de 2021, a saber: Presidente: Deputado Paulo Estêvão (PPM); Relator: Deputado António Vasco de Viveiros (PSD); Secretária: Deputada Andreia Costa (PS).

Proveniência: Paulo Estêvão, Presidente da Comissão Eventual para a Reforma do Regimento.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 17.

9- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 14;

Assunto: Sobre a Verificação de poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Jorge Miguel Amaral Oliveira.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15;

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Luís Carlos Cota Soares possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo de Inquérito n.º 116/20.7PAVPV.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 901/XIV (GOV) – Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União - Audição n.º 69/XII – AR.

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 97/XIV(GOV) – Altera a Lei-Quadro das Fundações - Audição n.º 70/XII – AR.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 14;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 100/XIV(GOV) – Autoriza o Governo a estabelecer os requisitos de acesso e de exercício da atividade dos Técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios - Audição n.º 71/XII – AR.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 06 – 14;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 854/XIV(PAN) –Concretiza o Direito ao Cartão de Cidadão para as pessoas em situação de sem abrigo, procedendo à alteração da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril - Audição n.º 73/XII – AR.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 14;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Assegura a execução do regulamento (UE) 2020/740, relativo à rotulagem dos pneus no que respeita à eficiência energética e a outros parâmetros - METD – (Reg. DL 860/XXII/2021) – Audição 24/XII – GR.

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia.

Data de Entrada: 2021 – 06 – 15.

10- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n. ^{os} 21 e 22 e a Separata 8.

Está presente nesta Sessão plenária o Diário n.º 23.

A redatora, Ana Paula Lemos.